ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 10/2022 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2022, FORMATO HÍBRIDO.

Aos 11 dias do mês de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois), em primeira convocação às 16h, foi realizada, em formato híbrido (presencial e remoto), a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº **10/2022**, **que teve início com a segunda convocação às 16h30**, sob a coordenação da presidente em exercício **Noêmia Lúcia Barradas Fernandes** que desejou a todos uma profícua reunião. **Item 1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 -** A chefe de gabinete Patrícia procedeu à chamada nominal dos conselheiros. **Verificação de Quórum** (mínimo 14 Conselheiros) **Conselheiros Titulares:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Ângela Botelho, Cárin Regina D'Ornellas, Davide Siffert Dulcetti, Henrique Gaspar Barandier, Leila Marques da Silva, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da Silva Mayrink, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Rosemary Compans da Silva, Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira, Tereza Cristina dos Reis, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues. **Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:** Mauri Vieira da Silva, Emmily Caroline Leandro Castro, Sofia Eder, Carlos Augusto Abreu, Fernando Henrique de A. G. Newlands, Lucinéia Lopes Evangelista. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Luiz Damião Teixeira da Silva, Pablo Cesar Benetti, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad, Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Rogério Goldfeld Cardeman, Sandra Regina de B. Sayão Ferreira. (**Suplentes)** Célio Alves da Silva Júnior. **Conselheiros ausentes:** Paulo Sérgio Niemeyer. **Quórum suficiente: 18 conselheiros (as) e 6 suplentes. Item 3 - Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 009/2022 (13.09.2022).** Ata foi projetada com as considerações feitas pela conselheira Leila Marques da Silva e pelo conselheiro Luiz Damião Teixeira da Silva. Ata aprovada com **17 votos favoráveis.** Conselheira **Alyne Fernanda Cardoso Reis** justificou o voto em abstenção por não ter participado da reunião em tela. **4. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas**, não houve; **5. Apresentação da Pauta e Comunicados**. **5.1. Pauta**: 6.1. Posse do conselheiro Henrique Barandier (titular) e da Conselheira Sandra Kokudai (suplente); 6.2. Eleição do conselheiro Henrique Barandier (titular) e da Conselheira Sandra Kokudai (suplente) para compor a comissão de planejamento e finanças CPFI; 6.3. Criação e composição do Grupo de Trabalho sobre RRT, proposto pela CPFI; 6.4. Composição Comissão Eleitoral CAURJ, retirado de pauta; 6.5. Extrapauta: Carta Manifestação sobre Democracia; 6.5. Seminário CEF em São Paulo: informes e deliberações; 7.0 Recursos ao plenário 7.1. Processo 720062/2018 - julgamento do processo ético-disciplinar - Relatora Conselheira Vivianne Vasques Processo não foi votado, conselheira Tanya Collado pediu vista; 7.2. Processo 524884/2017 - julgamento do processo ético-disciplinar - Relatora Conselheira Simone Feigelson; Distribuição de Recurso ao plenário Não há. 9.0. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral. **5.2. Comunicados:** 5.2.1. A conselheira federal Mayra Rocha não pôde estar presente, mas enviou documento sobre o Microempreendedor Profissional (MEP) que, posteriormente, será enviado a todos os conselheiros. 5.2.2. – **Da Presidência**: 1 - A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** reiterou que o aplicativo móvel do CAU/RJ já estaria disponibilizado para download, com lançamento

previsto para 31/10, concomitantemente ao concurso de fotografias de arquitetura, exclusivamente aberto a arquitetos. O **Sr. Nícolas Braga (Assessor-chefe de Comunicação)** fez uma explanação sobre a funcionalidade do aplicativo e as seções disponíveis. 2 - **Comunicados do CAU na sua Cidade (Petrópolis).** A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** relatou o êxito do evento, concedendo a palavra para Gerente Geral Ricardo Gouvêa, que informou que participou, juntamente com o presidente do CAU, Pablo Benetti, de reuniões com parlamentares da Câmara Municipal de Petrópolis e autoridades da Prefeitura Municipal sobre futura parceria para reconstrução de casas interditadas em função das tragédias, a maioria de famílias de baixa renda em aluguel social. A parceria seria tripartite ou até envolvendo outros atores no futuro, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Defesa Civil e o CAU. Cada um dos vereadores aportariam cem mil reais para o fundo criado pela Defesa Civil para atender às famílias desabrigadas, o que daria, portanto, um milhão e meio de recursos oriundos de emendas impositivas. O CAU aportaria recursos, via orçamento, numa estimativa de cem mil reais. Além da construção das residências, o projeto poderia vir a servir para a própria cidade de Petrópolis investir recursos do próprio orçamento para expansão do projeto como também para outros municípios. 3 – A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** informou ainda sobre os eventos programas para o mês de outubro/2022: 17/10 - lançamento de documentário patrocinado pelo CAU, como patrocínio cultural, sobre Arquitetura Industrial da Zona Portuária, às 17 horas, na sede do Conselho; 18/10 a 20/10 – Seminário de Arqueologia Histórica, apoiado pelo CAU/RJ, com temas sobre arqueologia da arquitetura, a questão de patrimônio e envolvimento do exercício do arquiteto nas questões de arqueologia, no sede do CAU/RJ; 19/10 – CEAU promove debate sobre o plano diretor, mais especificamente outorga onerosa. às 17 horas, na sede do CAU**. 6** – **Ordem do dia. 6.1. - Posse do conselheiro Henrique Barandier (titular) e da Conselheira Sandra Kokudai (suplente).** A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** leu o Termo de posse: “Na função de presidente em exercício concedo a posse ao arquiteto Henrique Barandier como conselheiro estadual titular e à arquiteta Sandra Kokudai como conselheira estadual suplente”, desejando excelente gestão aos empossados. , **6.2. Eleição do conselheiro Henrique Barandier (titular) e da Conselheira Sandra Kokudai (suplente) para compor a comissão de planejamento e finanças CPFI**. De acordo com Regimento Interno todo conselheiro deve estar em uma comissão ordinária por isso sugestão para compor a CPFI que inclusive era comissão que fazia parte os conselheiros que pediram renúncia. Colocado em votação, **21 votos favoráveis e nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. 6.3. Criação e composição do Grupo de Trabalho sobre RRT, proposto pela CPFI.** A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** procedeu à explicação da proposta feita pela CPFI quanto ao tema RRT: “De acordo com o deliberado na reunião ordinária da CPFI, de 12 de setembro, a proposta para criação de grupo de trabalho sobre RRT, em princípio com a necessária participação do jurídico, entendendo como nada igualitária a cobrança do RRT, seus fundamentos, o possível retorno dos profissionais, entendendo que a RRT é o filhote feio da RT. Foi perpetuado apesar de não ter contrapartida alguma como a Mútua que perdemos no divórcio com o Crea. Essa é uma discussão que inclusive trouxemos na reunião de 12 de setembro sobre a Mutua que perdemos, não foi um bom divórcio, não é? Os tópicos principais para a discussão do GT: quantitativa e qualitativa do banco de dados de emissão de RRTs; análise do perfil de atuação dos colegas no Rio de Janeiro, seja em relação às

principais atividades exercidas, honorários cobrados e principalmente indicar a total desigualdade dessa cobrança única; identificação e classificação dos municípios e regiões a quantitativo e qualitativo dos trabalhos; análise da possibilidade de escalonamento dos valores cobrados de RRT em relação aos honorários como a RRT funciona; e continuidade melhoramento do treinamento dos profissionais no preenchimento da RRT.”. O GT pode ter até cinco conselheiros e os conselheiras com a seguinte indicação de nomes: Carlos Abreu, Paulo Saad e Tanya Collado. O C**onselheiro Carlos Augusto Abreu** complementou dizendo que “A RRT é exatamente uma perpetuação da antiga RT do Crea, foi criada no Crea com uma contrapartida importante que era a Mútua, e que é um apoio extremamente importante até hoje, até inclusive na reunião o nosso amigo Damião, que ainda tem acesso à Mútua porque ele se inscreveu lá atrás antes de sair do Crea, a Mútua hoje tem a condição de vários favorecimentos aos profissionais a ela associados e nós contribuímos tremendamente para criação da Mútua e nada levamos no divórcio, como também não levamos nada do patrimônio, nada de nada, a verdade é essa, saímos com uma mão na frente e outra atrás. Mas isso independentemente da questão do divórcio, a discussão da forma como se faz a cobrança do RRT, valor do RRT, tudo isso tem que ser realmente discutido, porque há uma penalização para aqueles que têm trabalhos de maior quantidade e menor valor em relação àqueles que têm valores de trabalho muito maiores de honorários e que fazem um ou dois a cada três/quatro meses. Então isso é uma coisa que temos que nos debruçar para entendermos como fazer, quer dizer, há meses que eu particularmente na minha empresa pago oito, nove, dez RRTs, porque tem dez trabalhos pequenos, são trabalhos de avaliação, de estudos de viabilidade, análise de projetos, enquanto alguns colegas, até citei na reunião, um determinado colega fez um projeto de arquitetura na Praia de Ipanema de duzentos e vinte mil e vai pagar o mesmo RRT que estou pagando de trabalho de um mil e quinhentos reais.”. **Conselheira Ângela Botelho** sugeriu que um integrante da Comissão Temporária do Setor Público pudesse fazer parte do GT. Ela não se habilitou, como sugerido pela presidente em exercício Noêmia, por questões de saúde, preferindo conversar com os membros da comissão posteriormente. O **Conselheira Mauri Vieira da Silva** manifestou-se dizendo que gostaria de participar do GT, enfatizando que “[...] até porque eu tenho algumas questões que eu acho fundamental, a história do RRT é extemporânea, é um absurdo o que o CAU faz hoje com quem quer regularizar coisas mais antigas, nem precisa ser antiga, passado um mês de uma licença de obra, a gente já passa para o extemporâneo. Então é um absurdo, se esqueceu por qualquer motivo, passou um mês já é passado aquele absurdo do valor que é. Então esse é detalhe que vai ser discutido na comissão. Outra coisa é o seguinte, a história que nós não criamos uma Mútua própria para nós até onde eu sei, é que os puristas que criaram essa lei não quiseram incluir a Mútua porque acharam, até onde eu consegui entender na época, que isso era um pagamento impróprio e um benefício de um cliente para montar uma estrutura de bem-estar do profissional. Eu acho um absurdo, porque se é obrigação do profissional pagar isso, direto ou indiretamente quem paga é o cliente em qualquer situação quem paga o final do produto é o consumidor. Então, independentemente de ser cliente ou não, se eu cobrar RRts embutido no valor do meu serviço ou não, pedir para pagar individualmente ao cliente é a mesma coisa, para mim não tem diferença nenhuma. Então por essa razão nós não criamos uma Mútua nossa própria de arquitetos. E até concordo com o pessoal do Crea, pois o que sustenta a Mútua, parte dela é a própria anotação, então, no caso, se nós vamos pagar RRT nossa como é que vamos sustentar parte dessa

Mútua que é dos engenheiros, não é? Então, eu acho que deveríamos criar a nossa, não sei se é possível ainda, eu acho que é possível, podemos ter alguma dificuldade, mas deveria parte desse valor ser incluído também para criar uma Mútua nossa, porque a Mútua, eu também sou daqueles antigos que já estavam filiados à Mútua, então não perdi esse direito, mas acho fundamental, porque ela é muito útil para as várias dificuldades que o profissional tem.”. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** esclareceu que em nenhum momento “nós estávamos propondo voltar a ser anexado ao Crea, não é essa a questão, o que se colocou aqui é que a história do divórcio, a Mútua ficou toda para o Crea e nós ficamos a ver navios. Não só com a Mútua como os demais bens do patrimônio que nós ajudamos a construir ao longo de décadas. Então essa discussão não é nem se vamos criar Mútua ou não vamos criar Mútua, é exatamente para discutir a questão do RRT como ele funciona, como ele é cobrado, por que ele é cobrado dessa forma e partindo principalmente das informações a serem coletadas pelo nosso pessoal do próprio campo.”. Anunciada a votação, a **Conselheira Ângela Botelho** indagou se teria sido excluída a participação da Comissão Temporária do Setor Público, que inscreveu seu nome no chat, entendendo que depois poderia mudar por outro da comissão ou não. A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** esclareceu que não havia entendido sobre a inscrição e sugeriu que a Comissão Temporária do Setor Público fizesse discussões sobre as atribuições do exercício profissional dentro do serviço público em relação aos registros profissionais e que a Comissão Temporária do Setor Público poderia caminhar em conjunto com o GT para o avanço das discussões. A **Conselheira Leila Marques da Silva** sugeriu que a Comissão do Serviço Público pudesse enviar um convidado para as reuniões do GT-RRT, uma vez que a referida agremiação foi composta com um representante de cada comissão. Votação. Aprovação da criação e composição do grupo de trabalho sobre RRT com **Tanya Collado, Paulo Saad, Carlos Abreu, Mauri Vieira e Davide Dulcetti.** Matéria em votação, recebeu **20 votos favoráveis e 1 abstenção,** declarada pela conselheira Angela Botelho**. 6.4. Composição Comissão Eleitoral CAU/RJ.** Item retirado da pauta. A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** explicou que retirou o item porque existiam dúvidas em relação à composição eleitoral e que esperava que na próxima plenária pudesse receber sugestões de nomes para compor a referida comissão. **6.5. Seminário CEF em São Paulo**. A **conselheira Tereza Cristina dos Reis** relatou que foram três dias intensos, de muitas atividades, palestras, seminários, discussões, não tendo condições de estar em todas, mas que avanços poderiam ser obtidos, tendo, inclusive a presença de representantes do Conselho Nacional de Educação que assumiram alguns compromissos com o CEAU de forma geral, enfocando o grande número de faculdades de Arquitetura existentes no Brasil, e que os representantes do MEC deixou algumas portas abertas na discussão das novas DCNs, escutando os representantes do CEAU, dos representantes dos profissionais. Segundo a conselheira, algumas questões muito discutidas: carga horária total, com atividades presenciais; a questão da EAD, extremamente discutida e extremamente rechaçada; a questão do TFG exclusivo, a questão também do professor orientador do TFG ser um arquiteto ou arquiteta, as questões dos estágios supervisionados, estágios cada vez mais precoces e também a questão da presença do arquiteto como arquitetos docentes, exercendo essa atribuição profissional com plenitude. Algumas mesas discutiram os impactos da pandemia na formação do ensino à distância de forma tão intensa. Na mesa do Jurídico, houve, segundo a conselheira, a participação do Sr. Vitor, assessor Jurídico do CAR/RJ, que tratou da promoção de ação pública junto ao MEC:

"... a fim de que seja concedido o mesmo tratamento dado às pessoas de Direito, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, concedida pela Portaria 668, que suspendeu o reconhecimento dos respectivos cursos da modalidade EAD, sobrestando o andamento dos processos administrativos do MEC." O **Sr. Vítor (Jurídico)** explicitou que o evento fora muito positivo no ponto de vista das assessorias jurídicas para "afinar a estratégia e não foi só uma estratégia judicial, conseguimos afinar certa sinergia das assessorias jurídicas com outros setores do CAU, em especial as CEFs". Salientou que o mais importante do seminário é que conseguiram traçar em "[...]conjunto com o (?) e outras CEFs estratégias extrajudiciais que, a meu ver, têm sido muito mais importantes que as judiciais. Me parece uma unanimidade em todos os CAUs UF que nós não temos tido bons resultados na justiça, eu posso delinear aqui para vocês uma série de motivos, a visão do judiciário do ponto de vista técnico em relação aos registros é bem menos precisa, o judiciário vai fazer um confronto de direitos, ele vai sempre impugnar em favor dos formandos que no frigir dos ovos possuem um diploma reconhecido pelo MEC". O Sr. Vítor destacou que outro ponto muito positivo foram as estratégias necessárias para contestar as medidas judiciais e a proposta de realização de um laudo pericial, uma espécie de documento técnico que permita analisar do ponto de vista técnico e pedagógico, os cursos de EAD, "isso é fundamental para podermos combater dentro das regulações infralegais esses cursos". **6.5. – EXTRAPAUTA – Carta Manifestação sobre Democracia.** A **Conselheira Sofia Eder** fez a leitura: **"Carta em defesa da democracia do direito à cidade e do meio ambiente saudável.** O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ) reconhece as graves ameaças à democracia que pairam sobre a sociedade brasileira e fluminense. Diante desse cenário, reafirmamos nosso compromisso com as arquitetas e arquitetos do estado, com a sociedade e com o estado democrático de direito em quatro pontos: 1 - Primeiramente reforçamos nosso compromisso na defesa do estado democrático com o combate veemente à misoginia, à LGTBTQI+Fobia, racismo, intolerância religiosa e demais apologias à violência. Assim, exigimos que todos os candidatos se comprometam com a construção de uma sociedade ética, embasada nos direitos humanos, com políticas de equidade e justiça social. 2 – Reforçamos nosso compromisso com o direito à cidade e a moradia digna para todos. Dessa forma, demandamos aos candidatos a concretização de políticas públicas de inclusão social, de assistência técnica de habitação de interesse social - Athis e da erradicação da fome e da miséria.". Essa não é a última versão da carta. Agora que me toquei. Só um minutinho. Vou retornar aqui ao ponto "2 – Reforçamos nosso compromisso com o direito à cidade e ao campo, o direito de moradia digna para todos, inclusive com a participação ativa e plena de arquitetas e arquitetos nesse processo. Dessa forma, demandamos aos candidatos a concretização de políticas públicas de inclusão social, de acesso à moradia digna, com inserção urbana adequada e de assistência técnica de habitação de interesse social (Athis), de reforma agrária e de erradicação da fome e da miséria. 3 – Reforçamos nosso compromisso com a mitigação da degradação ambiental e dos efeitos das mudanças climáticas, assim repudiamos a escalada da devastação de ecossistemas e aumento das emissões de gases de efeito estufa, assim como a perseguição e extermínio das populações originárias que habitam esses espaços. Demandamos que os candidatos reconheçam esse cenário e mitiguem imediatamente os danos causados e que assumam o compromisso com políticas públicas que atuem no controle da ocupação de áreas frágeis ou de interesse ambiental. 4 – Por fim, reforçamos nosso compromisso com a ciência e tecnologia indispensáveis à nossa profissão, demandando aos

candidatos o retorno de verbas imediatas para as universidades públicas e nas áreas de educação e saúde como um todo. Em momento de ameaça grave aos direitos conquistados e a luta por uma sociedade mais equitativa, justa e ambientalmente saudável, precisamos nos posicionar enquanto representantes da categoria sobre os valores que defendemos. Consideramos uma sociedade diversa que somos em que todos possam existir com dignidade.”. Terminada a leitura e franqueada a palavra o **conselheiro Carlos Augusto Abreu** sugeriu inverter o item 2 com o item 1, em razão, como disse, “enquanto arquitetos temos que buscar a discussão inicialmente pela questão da moradia digna. Acho que seria o mais adequado.”. Sugestão aceita. A carta foi aprovada por aclamação. **7.0 Recursos ao plenário 7.1.** Processo 720062/2018 - julgamento do processo ético-disciplinar – Após relato da Conselheira Vivianne Vasques Processo não foi votado, conselheira Tanya Collado pediu vista **7.2. Processo 524884/2017 - julgamento do processo ético-disciplinar -** Relatora Conselheira Simone Feigelson, Votação: 18 votos favoráveis, 00 contrários e 00 abstenções. **8.0 Distribuição de Recurso ao plenário**. Não houve processos a serem distribuídos. **9.0. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral.** A presidente em exercício Noêmia Lucia Barradas Fernandes pediu à **chefe de Gabinete, sra. Patrícia**, que relatasse as ações programadas para o mês de novembro, são elas: “De 7 a 11 de novembro - Seminário do Exercício Profissional da CEP, já tem algumas mesas em curso, é o espaço que está reservado, vamos ver se realmente eles vão usar os dois dias, se vai ter programação suficiente, mas a Comissão do Interior gostaria de ter uma programação junto com a CEP, aí depois Tayane e Rodrigo, as comissões conversam. 9/11 - Encontro com a Sociedade, um encontro regimental, também está sendo montada a programação, já tem um evento da CPU de convite aos eleitos para cobrar algumas pautas importantes em relação à política urbana e às cidades, e estamos montando então as outras mesas. 10/11, Conferência de Arquitetos que aí mais voltada aos profissionais, a Comissão de Ética está montando uma mesa, teríamos a exibição no final do dia do filme Cidade de Portas, que foi patrocinado pelo CAU e também estamos aí montado outras programações. Para estes dois eventos, Encontro com a Sociedade e Conferência de Arquitetos se alguma comissão quiser enviar sugestão de mesas ainda temos alguns horários em aberto. 11/11 - Fórum da CEF, é uma conferência de ensino, depois a Cris pode até complementar, eles estão programando, Tanya que está aqui, um evento um pouco diferente do que sempre foi o fórum, um pouco mais amplo, com outros debates e discussões. Então essa seria a nossa semana. A princípio, vamos fazer num espaço fora do CAU, estamos vendo algumas opções, Museu da República, o IAB, locais mais abertos, mais públicos, por ser principalmente o Encontro com a Sociedade, a conferência de caráter mais amplo, mas ainda está em negociação a questão do espaço, assim que fecharmos nós informamos a todos. Mas é isso, está aberto para comissões que quiserem enviar sugestões principalmente nesses dois dias, o mais breve possível porque já estamos muito em cima da hora.”. A **Conselheira Cárin Regina D'Ornellas** parabenizou a presidente em exercício pela condução da plenária. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** narrou que representou o CAU/RJ no Seminário de Ética e Disciplina, realizado em Cuiabá-MT, em setembro passado. Disse que o resultado do evento foi muito positivo e que o tema central, dentre outros, foi reserva técnica (RT). Salientou que o evento serviu para estreitar a comunicação com os outros CAUs UF para trocar conversas e tomar algumas atitudes. A presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** cumprimentou e agradeceu o conselheiro Vicente pelo relato, enfatizando que tais encontros são bem

importantes porque se tem a oportunidade de identificar as práticas necessárias que não são feitas e o que não está no caminho certo, e que as lacunas encontradas precisam ser discutidas e encaminhadas. Não tendo mais inscritos e nada mais havendo a tratar, a presidente em exercício **Noêmia Lucia Barradas Fernandes** agradeceu a participação e deu por encerrada a reunião às 18h30. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência, procedi à revisão da ATA lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. **Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2022.**

ALESSANDRA DE SOUSA VANDELLI CARNEIRO:04269310766 Assinado de forma digital por ALESSANDRA DE SOUSA VANDELLI CARNEIRO:04269310766 Dados: 2022.11.17 15:00:47 -03'00'

Alessandra Vandelli
Assessora Especial da Presidência

NOEMIA LUCIA BARRADAS FERNANDES:01093067756 Assinado de forma digital por NOEMIA LUCIA BARRADAS FERNANDES:01093067756 Dados: 2022.11.17 15:17:48 -03'00'

Noêmia Lucia B. Fernandes
Arquiteta e Urbanista
Presidente em Exercício do CAU